

ZEFERINO VAZ: UM REITOR DE DIREITA QUE PROTEGIA AS ESQUERDAS?

ZEFERINO VAZ: UN RECTOR DE LA DERECHA QUE PROTEGÍA A LA IZQUIERDA?

ZEFERINO VAZ: A RECTOR OF RIGHT THAT PROTECTED THE LEFT?

Caio Navarro de Toledo¹

Resumo: O artigo examina criticamente alguns momentos da atuação acadêmica e política de Zeferino Vaz, que desempenhou ativo papel na história da educação nacional, desde os anos 1930 até os anos 1970, na direção de diversas instituições de ensino superior do estado de São Paulo, gestão de órgãos da educação, como o Conselho Estadual de Educação, Reitor-interventor da UNB, no período de 1964 a 1965 etc. Além dessas funções, alcançou grande destaque na sua carreira profissional e na história do ensino superior no Brasil, ao se manter como Reitor *pro tempore* da Unicamp, entre 1966 e 1978, instituição que dirigiu de forma criativa, mas também autoritariamente, em consonância com o ideário do movimento golpista de 1964. O artigo está organizado em quatro partes: I - Introdução: por uma biografia acadêmico-política; II- As afinidades políticas e ideológicas; III – Um tenaz escudeiro da Unicamp?; IV- Considerações finais. O conteúdo foi elaborado a partir de referências a depoimentos de entrevistados da Comissão da Verdade e Memória “ Octávio Ianni” da Unicamp (2014-2015), a dissertações e teses, além de outras publicações. Destaca-se a necessidade de realização de estudos e pesquisas aprofundados que possam trazer mais elementos para a compreensão das trajetórias e práticas contraditórias de um intelectual dedicado à construção de uma “universidade-modelo” de desenvolvimento científico e tecnológico que não hesitou em se aliar às instituições americanas, apoiadoras do processo de perpetração de golpes militares na América Latina, e a prestar homenagens aos representantes do alto escalão dos governos militares. Entretanto, por outro lado, em alguns episódios apoiou professores que eram alvo das forças repressoras, mas, contraditoriamente, também adotou medidas drásticas em relação a outros profissionais, que estavam sob investigação dos aparelhos de repressão da ditadura militar (1964-1985).

Palavras-chave: educação; universidade ; ditadura militar; autoritarismo

Abstract: The article critically examines some moments of the academic performance and Zeferino Vaz policy, which has played an active role in the history of national education, since the 1930s until the 1970s, in the direction of several higher education institutions in the state of São Paulo, management organs of education, as the State Board of Education, Rector of UNB intervenor in the period 1964-1965 etc . In addition to these functions, achieved great prominence in their professional career and in the history of higher education in Brazil, when keep as Rector *pro tempore* of Unicamp between 1966 and 1978, an institution that addressed creatively, but also authoritatively, in line with the ideas of "revolution" of 1964. The paper is organized into four parts: I - Introduction: why a biography academic and policy; II- The ideological and political affinities; III - A tenacious squire Unicamp ?; IV Final remarks. The content was compiled from references to respondents testimonials of the Commission of Truth and Memory "Octavio Ianni" Unicamp (2014-2015), the dissertations and theses, and other publications. Highlights the need for studies and in-depth research that might bring more elements for understanding the contradictory trajectories and practices of an intellectual devoted to building a "university model" of scientific and technological development that did not hesitate to combine the American institutions, supporters of the commission process of military coups in Latin America, and to pay respect to senior representatives of the military government. However, on the other hand, in some episodes supported teachers who were targeted by repressive forces, but, paradoxically, also adopted drastic measures in relation to other professionals who were under investigation of the repression apparatus of military dictatorship (1964-1985).

Keywords: education; university ; military dictatorship; authoritarianism

Resumen: El artículo examina críticamente algunos momentos del rendimiento académico y la política Zeferino Vaz, que ha desempeñado un papel activo en la historia de la educación nacional, ya que la década de 1930 hasta la década de 1970, en la dirección de varias instituciones de educación superior en el estado de São Paulo, la gestión órganos de la educación, como la Junta de Educación del Estado, Rector de UNB interventor en el período 1964-1965 etc . Además de estas funciones, alcanzaron gran fama en su carrera profesional y en la historia de la educación

superior en Brasil, cuando mantener como rector pro tempore de la Unicamp entre 1966 y 1978, una institución que aborda de manera creativa, pero también con autoridad, de acuerdo con las ideas de la "revolución" de 1964. El documento está organizado en cuatro partes: I - Introducción: ¿por qué un académico de la biografía y la política; II - Las afinidades ideológicas y políticas; III - Un escudero tenaz Unicamp; IV Observaciones finales. El contenido fue recopilado las referencias a los encuestados testimonios de la Comisión de la Verdad y Memoria "Octavio Ianni" Unicamp (2014-2015), las disertaciones y tesis, y otras publicaciones. Destaca la necesidad de estudios y la investigación en profundidad que podría traer más elementos para comprender las trayectorias y prácticas contradictorias de un intelectual dedicado a la construcción de un "modelo de universidad" del desarrollo científico y tecnológico que no dudó en combinar el instituciones estadounidenses, partidarios del proceso de la comisión de golpes militares en América Latina, y para rendir homenaje a altos representantes del gobierno militar. Sin embargo, por otro lado, en algunos episodios apoyado maestros que estaban dirigidos por las fuerzas represivas, pero, paradójicamente, también adoptó medidas drásticas en relación con otros profesionales que estaban bajo investigación del aparato de represión de la dictadura militar (1964-1985).

Palabras clave: educación; universidad; dictadura militar; autoritarismo

“É um monstro. Ou melhor, é um autêntico comunista.”
Zeferino Vaz

Introdução: por uma biografia acadêmico-política

Foi extensa e significativa a presença de Zeferino Vaz na história da educação do estado de São Paulo, particularmente em instituições do ensino superior. Diretor da Faculdade de Medicina Veterinária da USP (1936-1947), criador e diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP (1951-1964) e fundador e reitor da Universidade Estadual de Campinas (1966-1978). Durante 27 anos, Zeferino Vaz teve atuação importante no Conselho Universitário da USP (1937-1964); por duas vezes se candidatou à Reitoria dessa Universidade. Presidente do Conselho Estadual de Educação (1963) e, durante 17 meses, foi Reitor-interventor da Universidade Nacional de Brasília (1964-1965).

Como prova do reconhecimento dessa intensa presença em instituições de nível superior e estreita ligação com as elites políticas do estado de São Paulo, a ele foram prestadas – por políticos e acadêmicos – diversas homenagens públicas: título de cidadão honorário da cidade de Campinas; ruas em sete cidades do estado de São Paulo e uma rodovia, próxima à Unicamp, levam seu nome. Em 1981, o governador-biônico de São Paulo, Paulo Maluf, denominou “Zeferino Vaz” a cidade universitária da Unicamp. Por sua vez, dirigentes da universidade também homenagearam o ex-Reitor ao designar com seu nome um prêmio concedido anualmente aos docentes que se destacam por sua produção acadêmica; um auditório no Instituto de Economia também evoca a figura maior da Universidade. No plano nacional, foi criado o *Grande Prêmio Capes de Tese Zeferino Vaz*.

O prestígio alcançado pelo primeiro Reitor da Unicamp, no entanto, não é acompanhado pela elaboração de trabalhos acadêmicos sobre a sua contribuição à educação paulista e brasileira²; igualmente, ainda não foi produzida uma obra de caráter biográfico que examine sua vida pessoal e diferentes atividades exercidas na direção de instituições de ensino superior.³

Este artigo é motivado pela publicação do Relatório Final da *Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni”* (CVMOI) que examinou efeitos da ditadura militar sobre a comunidade acadêmica da Unicamp.⁴ Embora o Relatório da CVMOI não se configure como um “*affaire Zeferino*”, não deixa de ser um documento que suscita o debate e a reflexão sobre a personalidade e a obra do primeiro Reitor da

Unicamp. A alcunha a ele conferida de *Napolãozinho* – pelo seu sentido crítico ou pela forma simpática de designar o intrépido realizador – talvez sintetize a figura controvertida de Zeferino Vaz. A este respeito, pode ser dito ainda que, particularmente entre os docentes da Universidade, tem prevalecido a imagem do notável construtor a quem toda a comunidade universitária deve admiração e reverencial respeito. Sem ele, a Unicamp não teria atingido o prestígio e o reconhecimento que, hoje, alcançou nos meios acadêmicos do país e do continente.

Um debate ocorrido em uma sessão do Conselho Universitário da Universidade (5/8/2014) – que decidiu pela manutenção do título *Doutor Honoris Causa* concedido, em 1973, ao Coronel Jarbas Passarinho – talvez ilustre bem o que os docentes pensam sobre o papel e o significado da obra de Vaz. Nas intervenções que a Ata da reunião registra, fica evidenciado que qualquer reparo às suas ações e iniciativas significaria questionar sua irretocável obra.⁵

Como dirigente acadêmico *sans peur et sans reproche*, Vaz é exaltado como um firme escudeiro da Unicamp durante a ditadura militar. Sob esta perspectiva, é reconhecido que teria sido uma honrosa exceção nos tempos em que a maioria dos reitores brasileiros aceitou passivamente arbítrios perpetrados contra suas comunidades acadêmicas e, pior, colaboraram com o regime de exceção. Neste sentido – argumentam vários docentes (inclusive de esquerda) –, toda a comunidade acadêmica, ontem e hoje, não pode senão prestar permanente e renovada gratidão a Zeferino Vaz.

Longe de desconhecer os inegáveis méritos do construtor de importantes instituições universitárias do estado de São Paulo, entendemos que – para ser rigorosamente elaborada – uma justa e merecida biografia acadêmico-política sobre Zeferino Vaz não pode prescindir de um estudo sobre suas posturas políticas e convicções ideológicas. Nossa hipótese é a de que os posicionamentos políticos e ideológicos – longe de serem marginais ou irrelevantes – são elementos cruciais para entender a ascensão e projeção de Vaz no cenário educacional brasileiro.

Em face dos objetivos deste texto, não está, pois, no seu horizonte uma análise do projeto acadêmico, científico e tecnológico que inspirou a criação da Unicamp. A respeito desta problemática, assumo aqui as conclusões de trabalhos acadêmicos que asseveram que os “objetivos tecnocráticos” (ênfase nas ciências exatas e tecnológicas) e “modernizantes” permitiram que a Unicamp – ao contrário do que ocorreu na UnB, concebida com um projeto semelhante – fosse poupada do controle e da severa repressão militar. Privilegiada, em seus primórdios, com o efetivo apoio de empresas nacionais e multinacionais e das agências de fomento estatais, a Unicamp, em poucos anos, se tornou uma referência de pesquisa e ensino em todo o país; por sua vez, a autonomia (i. é, a não intervenção militar) foi garantida por meio da atuação pragmática de seu fundador, um “revolucionário de primeira hora” que tinha o beneplácito de setores desenvolvimentistas das Forças Armadas.⁶

As afinidades políticas e ideológicas

Um livro sobre as relações entre a USP e a Fundação Rockefeller examinou os compromissos políticos e ideológicos de Zeferino Vaz. Por meio desta obra, ficamos sabendo que – juntamente com

Ernesto de Souza Campos – Vaz teve um papel central no aprofundamento das relações entre a USP e a fundação estadunidense. Nas palavras da autora, Ramos e Vaz, no Brasil, foram as “*principais figuras difusoras do modelo modernizante de ciência – elitista e conservador – formulado pela filantropia norte-americana*”.⁷

Mostra a autora, por exemplo, que as vultosas contribuições financeiras e ajuda técnico-científica dessa Fundação (nas décadas de 1950 e 1960) permitiram a criação e consolidação da Faculdade de Medicina de Medicina de Ribeirão Preto da USP.⁸ O bem sucedido projeto educacional e científico da FMRP-USP – modelar nos anos 1960 no quadro das escolas de medicina no Brasil – foi decisivo para projetar o nome de Zeferino Vaz no estado de São Paulo e em todo o país.

A preferência da Fundação Rockefeller por estes dois dirigentes acadêmicos não teria sido gratuita, mas consciente e deliberada; plenamente afinados com a concepção de produção científica propugnada por essa entidade estadunidense e com os valores e ideais dominantes na sociedade norte-americana (a defesa da livre-empresa e do “mundo livre”, o anticomunismo, o pragmatismo etc.), durante a guerra fria, ambos tinham concepções ideológicas conservadoras e vínculos políticos de direita.⁹

Em 1945, Zeferino Vaz chegou à Direção da Faculdade de Veterinária da USP pelas mãos do interventor do estado de São Paulo, Fernando Costa; posteriormente, como membro do *Partido Social Progressista*, fundado e sob o estrito controle de seu correligionário e amigo, Adhemar de Barros, Vaz seria nomeado em 1963 à chefia da Secretaria da Saúde do governo do estado de São Paulo e, no final desse ano, à Presidência do *Conselho Estadual de Educação*. Ainda, sob o patrocínio político do golpista de 1964, Vaz – que havia combatido a criação de uma Faculdade de Medicina em Campinas – seria indicado, em setembro de 1965, Presidente da “Comissão Organizadora da Universidade de Campinas”.

Aprovado o Relatório da Comissão, em 19/12/1966, o Conselho Estadual de Educação (CEE) criaria a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Em 21/12/1966, por ato do governador Laudo Natel – que sucedera Adhemar de Barros, cassado por “corrupção” –, Vaz seria designado Reitor *pro-tempore* da Unicamp; posteriormente, foi confirmado no cargo por mais duas vezes, embora a legislação que criou a Universidade vedasse a recondução. O apoio que recebia dos militares e políticos do estado de São Paulo convenceram os governadores biônicos de São Paulo (Laudo Natel e Abreu Sodré) a fazer vistas grossas à flagrante irregularidade legal. Por 12 anos, Zeferino Vaz foi Reitor *pro-tempore*.

A intimidade que mantinha com os governantes do dia recebeu uma aguda observação de Marcelo Damy, renomado físico brasileiro que teve presença importante na criação do Instituto de Física da Unicamp: “*Um reitor tem que conversar com as autoridades estaduais e federais para receber verbas. Mas ele não precisaria ser janguista no governo Jango nem janista no governo Jânio nem levar o presidente Castelo Branco para o lançamento da pedra fundamental da Unicamp (1980-1984)*”.¹⁰

Sem examinar aqui as relações pessoais e ideológicas existentes entre Vaz e políticos dos anos 1940 e 1950 – tarefa que eventuais pesquisadores e biógrafos poderão esclarecer –, é possível mencionar alguns fatos e episódios relevantes, ocorridos em décadas seguintes, que revelam os compromissos políticos e ideológicos de Vaz.

É o próprio dirigente universitário que nos informa a respeito de seus posicionamentos políticos e relações militares na conjuntura de 1964. Dias após o golpe, o dirigente universitário manifestou sua

imensa alegria a um proeminente executivo da Fundação Rockefeller, Robert Watson, pelo fato do Brasil estar vivendo “*dias maravilhosos que culminaram com a abertura cirúrgica do infecto abscesso comunista que minava o nosso país por ação direta do Jango Goulart e da camarilha comunista que o rodeava*”.¹¹ Em um trecho da carta, expressou a histeria anticomunista do período da guerra fria ao se referir a um ex-colega da FMRP-USP Medicina: “*É um monstro. Ou melhor, é um autêntico comunista.*”¹² [Ressalte-se que, de forma semelhante a outros golpistas civis – entre eles, Delfim Netto (de quem se dizia amigo) e Carlos Lacerda –, Vaz também denominava os comunistas por meio da expressão “canalhas”.]

Embora tenha magnificado a atuação no golpe de seu líder político, Adhemar de Barros, Vaz acertou ao afirmar que seria um “erro grosseiro” pensar que o movimento de 31 de março de 1964 tinha apenas um caráter militar. Uma prova da participação civil estaria na intensa ação conspiratória dele e de outros colegas da FMRP-USP contra a “subversão janguista”. Acreditando na ingenuidade do estimado amigo norte-americano, fantasiou: caso o golpe de Goulart triunfasse, a “canalha comunista” o condenaria, juntamente com os demais “democratas”, *al paredón...* Em uma entrevista a pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV), esclareceu como se deu a sua “atuação revolucionária”: “*Então, eu me engajei na Revolução, me engajei mesmo e me articulei com o então Tenente-Coronel Restel (...) que era o articulador aqui e preparei (na condição de Secretário da Saúde de Adhemar de Barros, CNT) 250 peruas de transporte e depósito de gasolina (...)*”¹³

Posicionamentos na conjuntura do golpe

Como presidente do CEE, denunciou a “infiltração marxista” nas faculdades do estado de São Paulo. Em janeiro de 1964, *O Estado de S. Paulo* informava que Zeferino Vaz “*chamou a atenção do governador para o fato de que, no programa dos exames vestibulares da Faculdade (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, CNT), haja indicação apenas de autores marxistas como fontes de referência aos pontos de História do Brasil. Esses autores são Caio Prado Júnior e Celso Furtado*”.¹⁴ (A notícia também acrescentava que, meses antes, o governador Adhemar de Barros havia vetado a contratação de Caio Prado Jr, para ministrar a disciplina “História das Doutrinas Econômicas e Políticas” na Faculdade do interior paulista.)

Em uma “memória” sobre suas atividades anticomunistas, dirigida a setores militares, Vaz se vangloriou pelo fato de ter pedido ao governador Adhemar de Barros que demitisse o prof. Paulo Guimarães Fonseca, diretor da Faculdade de Araraquara, pois estaria ele *comunizando* seus estudantes.¹⁵ Ainda como presidente do CEE, Vaz foi responsável pela demissão do prof. Fausto Castilho por divergir das concepções políticas e ideológicas desse docente da FFCL de Araraquara.¹⁶

Igualmente, na condição de Presidente do CEE, Vaz indeferiu a contratação de Bernardo Boris Vargaftig, em junho de 1964, para a função de professor do Departamento de Farmacologia da então Universidade de Campinas. O motivo do veto do CEE – justificado, falaciosamente, como sendo de “*interesse da administração estadual*” – teve uma dimensão claramente ideológica posto que, nos anos 1960, Vargaftig – na condição de estudante da FMUSP –, tinha militado em um partido de orientação trotskista.

Foram o “currículo revolucionário” e o prestígio alcançado como fundador e Diretor da FMRP-USP que credenciaram Vaz a ser convidado pelos golpistas de 1964 para o cargo de interventor da UnB.¹⁸ Relatos diversos dão conta de que, em sua curta passagem (abril de 1964 a agosto de 1965), evitou os reclamos da ultra-direita (civil e militar) que exigia que mais cabeças rolassem na UnB. Durante sua breve gestão, deu declarações contraditórias à imprensa; ora reconhecia a excelência da experiência educacional e científica da UnB – que desejaria aprofundar –, ora desqualificava os docentes de ciências humanas pela “mediocre” formação acadêmica ou por serem meros “agitadores políticos”.

Embora possa contar a seu favor o fato de a UnB, durante sua gestão, não ter sido invadida por forças militares, Vaz foi responsável, nos primeiros dias de sua interventoria, pela cassação de 13 docentes e vários funcionários; em julho de 1965, pressionado por setores da direita, revogou o contrato de um professor de esquerda, Ernani Fiori, e expulsou vários estudantes, acusados de “agitadores profissionais”¹⁹.

Em defesa da ditadura militar

De forma abreviada, outros episódios podem ser lembrados a fim de comprovar a plena identificação de Zeferino Vaz com o regime militar. Alguns destes fatos estão relatados em *O Mandarin*:

a) *AI 5*: em vários depoimentos elogiou a decretação do ato institucional mais repressivo do período militar; referindo-se à “subversão” do movimento estudantil, Vaz entendia que o AI 5 e a “legislação subsequente” interromperiam “o processo de afirmação de líderes subversivos”. Como se sabe, o Decreto-Lei 477 – que punia estudantes – integra a “legislação subsequente” ao AI 5;

b) *Elogio do Golpe*. Em entidades militares e civis, fazia palestras homenageando a “Revolução de 31 de março de 1964” e deplorava as vítimas da “Intentona Comunista” de 1935;

c) *Desqualificação dos críticos à ditadura*. Em conferência na *Escola Superior de Guerra*, fez duras críticas a D. Helder Câmara, o “bispo vermelho”, que, no exterior, “denegria a nação brasileira”. Igualmente, condenou asperamente os estudantes da UnB que, em 1977, entregaram a Rosalyn Carter (casada com Jimmy Carter) um documento que denunciava a prática da tortura no Brasil. Para Vaz, o gesto dos estudantes seria de “traição ao ideal da pátria”;

d) *Apoio à Arena*: na campanha eleitoral de 1974, na condição de Reitor da Unicamp, apoiou abertamente os candidatos da *Aliança Renovadora Nacional*, o partido político que dava inteiro apoio à ditadura militar;²⁰

e) *Honraria a um ideólogo do regime militar*. A outorga, em 1973, do Prêmio de *Doutor Honoris Causa* ao coronel Jarbas Passarinho – que mérito algum detinha para receber a honraria –, não deixou de simbolizar o apoio irrestrito que o Reitor dava ao governo dos militares. Na sessão quase secreta do Conselho Diretor da Unicamp que aprovou a imposição do prêmio ao coronel, docentes de posições democráticas se calaram, tal foi o constrangimento existente na reunião.²¹

Um comentário aqui se impõe. Tendo em vista que “revolucionários de primeira hora” (intelectuais, políticos, literatos, clérigos, jornalistas etc.) – após denúncias sobre a política de terror da

ditadura militar (mortes, desaparecimentos e torturas) – retiraram seu apoio ao regime discricionário, caberá aos biógrafos de Zeferino Vaz nos esclarecer se, em algum momento de sua vida, o fundador de escolas procedeu de forma semelhante a Teotônio Vilela, Severo Gomes, Alceu Amoroso Lima e outros. Acadêmico bem informado e intemorato, teria o fundador da Unicamp – em nome dos valores democráticos, do livre debate cultural e do pensamento crítico – se afastado da ditadura militar?

Afinal, com qual setor da direita brasileira Zeferino Vaz estava mais afinado? Desconhecendo ter feito ele uma pública autocrítica de seu passado golpista, não seríamos levados a concluir que a “direita esclarecida” com a qual o fundador da Unicamp estava comprometido nunca abriu mão do combate frontal ao pensamento de esquerda, em particular ao fantasma do comunismo? Aceitando o que dele dizem seus admiradores – um dirigente que cultivava a isenção política e ideológica –, estaríamos, pois, diante de um combativo anticomunista fora da universidade, mas que, ao adentrá-la, ensarilhava as armas e rendia-se aos valores da tolerância e pluralismo teórico-ideológico? Devemos concluir que, durante sua gestão na Unicamp, Zeferino Vaz protegia sua comunidade não obstante fechasse os olhos aos arbítrios perpetrados, fora do *campus*, pelo regime que irrestritamente apoiava?²²

Um tenaz escudeiro da Unicamp? O reitor de direita que protegia a esquerda?

Tal como a crônica jornalística propaga sobre duas destacadas lideranças de direita no Brasil – Roberto Marinho (*O Globo*) e Júlio de Mesquita Filho (*O Estadão*) –, é também um lugar comum na Unicamp a afirmação de que o Reitor Zeferino Vaz “*cuidava bem de seus comunistas*”; ou seja, não permitia que estudantes e docentes de esquerda fossem atingidos pela repressão da ditadura militar.

Conta-se que durante uma visita de Eric Hobsbawm à Universidade, o Reitor virou-se para o historiador marxista e pilheriou: “*Está vendo aqueles rapazes ali? São todos comunistas, mas vou dizer uma coisa a você: sabem trabalhar*”.²³ Em outros momentos, advertia que os docentes de esquerda estavam alertados de que não deviam utilizar as atividades acadêmicas para fazer proselitismo político e ideológico. Em 1978, logo após seu afastamento da Unicamp, numa entrevista esclareceu: “*não admito que nenhum professor utilize a sua cátedra para pregar ideologia extremista, porque isto é covardia*”.²⁴

Vários depoimentos relatam a contratação pela Unicamp, em plena ditadura militar, de docentes brasileiros e da América Latina de orientação de esquerda.²⁵ É também sempre lembrado o caso de cinco estudantes expulsos do Instituto Tecnológico da Aeronáutica – punidos pelo Decreto-Lei 477 – que foram acolhidos de braços abertos pelo Instituto de Física da Universidade.

Outro episódio bastante difundido foi o da visita feita pelo Reitor, em 1968, a estudantes da Unicamp presos após o malogrado XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, São Paulo; na ocasião, como alardeou, levou “cigarros e chocolate” aos presos. No depoimento de Ripper Filho à CVMOI foi informado de que o Reitor impediu o SNI efetivar a prisão, dentro do *campus*, de docente do Instituto de Biologia; igualmente, providenciou um advogado militar para fazer a defesa do professor acusado de subversão.²⁶

Em 1975, igualmente, atendendo aos apelos de setores da comunidade acadêmica, visitou um jovem professor de história do IFCH que sofria brutais torturas no DOI-Codi; com esta visita foi quebrado o regime de incomunicabilidade imposto, até então, ao prof. Ademir Gebara. É forçoso, pois, reconhecer que nenhum Reitor brasileiro, em plena ditadura militar, teve iniciativas semelhantes às de Zeferino Vaz.

Desses fatos podemos então concluir que o fundador da Unicamp teria sido um firme escudeiro de sua comunidade, defendendo-a intransigentemente das ameaças e arbítrios dos governos militares?²⁷

Sua “figura contraditória” – como é um truísmo afirmar das “personalidades complexas” – consistiria então no fato de que as convicções de direita em nada comprometeram a isenção ideológica e política enquanto Reitor da Unicamp?

A fim de responder, de forma consistente e consequente, as questões acima, alguns episódios devem ser examinados.²⁸

a) Pelo fato de ter relações com a *Aliança Libertadora Nacional* (ALN), embora não estivesse envolvido diretamente com a luta armada, o aluno da Unicamp Alcides Mamizuka, em 1969, foi preso e enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Como relata *O Mandarin*, o estudante – que sofreu brutais torturas – não recebeu da Reitoria da Unicamp nenhuma visita de “conforto moral” nem ganhou “cigarros ou chocolates”. Anos depois, já em liberdade, o estudante pretendeu reingressar no curso de Instituto de Tecnologia de Alimentos. O Reitor, no entanto, não apenas recusou conceder uma audiência ao aluno como indeferiu seu recurso, obrigando-o a prestar um novo vestibular. Por sua vez, Luiz Antônio Vasconcelos (Vasco), estudante do Instituto de Economia – acusado também de integrar a ALN –, foi igualmente detido em 1971. Desta feita, os apelos da comunidade acadêmica não sensibilizaram o Reitor a fim de interceder pelo estudante junto aos algozes. Segundo *O Mandarin*, durante os 47 dias em que Vasco esteve detido no DOI-Codi e Dops “*Zeferino não moveu um dedo*”;

b) Buscando apurar as responsabilidades de um trote estudantil nas ruas do centro de Campinas – em 1970, que teria desagradado setores da família campineira –, Vaz impôs a abertura de uma sindicância e exigiu que o Conselho Diretor punisse os eventuais culpados. A rigor, os estudantes não tinham protagonizado cenas de violência física, apenas “atentados aos bons costumes”.²⁹ Diante da impossibilidade de os responsáveis serem identificados, o Reitor – certamente, amparado no Decreto-Lei 477 – suspendeu por seis meses quatro lideranças estudantis da Unicamp.³⁰

c) Em depoimento à CVMOI da Unicamp, o ex-estudante Ronaldo Simões – conhecido na Unicamp pelo apelido de *Batata* – relatou que no segundo semestre de 1975, quatro alunos (2 representantes dos estudantes no Conselho Diretor e 2 suplentes) foram intimados a comparecer ao Comando do Exército de Campinas a fim de prestar esclarecimentos sobre “agitações políticas” no *campus* e fora dele.³¹ Além das ameaças sofridas, foram também pressionados a participar de uma recepção ao então candidato à presidência da República, Ernesto Geisel, programada para a sede da prefeitura da cidade. No entanto, nenhum deles compareceu, pois um plebiscito – convocado pelos estudantes para decidir se deveriam aceitar o “convite” – rejeitou maciçamente a exigência dos militares. Neste episódio, a

Reitoria não tomou nenhuma iniciativa para proteger os estudantes da arbitrária coação que sofreram do comando do Exército. Ficou evidente que os militares exigiram e o Reitor consentiu;

d) Um qualificado dirigente da Unicamp igualmente foi intimado a comparecer, com a anuência da Reitoria, a uma dependência do Exército de Campinas. Por ter aprovado a contratação de Nelson Rodrigues dos Santos (*Nelsão*), médico vinculado ao PCB, e renovado o contrato de Sérgio Arouca, o Diretor da FCM, José Aristodemo Pinotti, viveu uma situação constrangedora; por mais de 24 horas permaneceu isolado numa sala do *Batalhão de Infantaria Blindada de Campinas* aguardando ser ouvido pelo comandante. De forma insolente, o oficial – que o intimou a depor – acabou não recebendo o Diretor da FCM; após a longa e inútil espera, um ajudante de ordens foi o portador de uma advertência ao prof. Pinotti: que ele desistisse de contratar o “médico comunista”. Reconheça-se que o Reitor não demitiu os docentes de esquerda, mas, igualmente, não hipotecou nenhuma solidariedade ao Diretor da FCM pela prisão temporária e agressão moral sofrida;

e) Ainda em seu depoimento, Ronaldo Simões relatou o caso da demissão de Roberto Gambini, ocorrida em 1973. Docente do IFCH, Gambini – influenciado pelas experiências do *Living Theater* e outros grupos teatrais de vanguarda – dirigia sessões de teatro e música dentro e fora do *campus* que envolviam estudantes e artistas (pop e *hippies*) da cidade. Queixas moralizantes de famílias campineiras – escandalizadas com os hábitos não ortodoxos do docente – levaram o Comando do Exército de Campinas a intimar Gambini para prestar “esclarecimentos” sobre suas atividades na cidade. Segundo o depoimento de Simões, a Direção da Unicamp teve prévio conhecimento da intimação do Exército, mas, tal como ocorrera com os quatro estudantes, não tomou qualquer iniciativa em defesa do docente, antes e após a arbitrária coação por ele sofrida. Pouco tempo depois, Roberto Gambini pediu demissão da Unicamp;

f) Pelo fato de não aceitar ministrar uma disciplina para a qual não havia sido contratado e ter posições discordantes em relação à Direção de sua unidade, Rodolpho Caniato – pesquisador na área do ensino da física e astronomia – sofreu reprimendas do Diretor da Faculdade de Educação, prof. Marconi Montezuma. Na entrevista que teve na Reitoria, em 1975, Zeferino Vaz teria alertado: “*Olha, pode ser até que os militares perdoem a sua transgressão, mas eu não posso perdoar o seu desacato ao meu diretor. O senhor vai ser mandado embora.*”³² Dias depois, o prof. Rodolpho Caniato foi demitido pelo Reitor da Unicamp.

Em janeiro de 1987, em carta à Direção da Faculdade de Educação, o prof. Rubem Alves teve uma inédita iniciativa: propôs que a FE readmitisse o prof. Rodolpho Caniato.³³ Na justificativa de sua proposta, o prof. Alves fez uma grave denúncia:

(...) a Direção da Faculdade de Educação enviou ao então Reitor, Prof. Dr. Zeferino Vaz, um pedido para que o contrato do professor Rodolpho Caniato não fosse renovado. O processo chegou a níveis de tal indignidade que os próprios organismos de ‘inteligência’ (SNI) foram acionados pela Universidade, em busca de uma justificativa política (subversão) que justificasse o ato sobre o qual já se havia tomado decisão.³⁴

Sobre este caso deve-se também destacar um trecho do firme parecer da *Comissão de Legislação de Normas da Congregação* da FE que aprovou a proposta da readmissão do prof. Rodolpho Caniato:

Sem pretender fazer o julgamento da História, entendemos que esta Congregação deve repudiar energicamente e sem ambiguidade atos dessa natureza, praticados ao amparo

do arbítrio e do autoritarismo político da época. Se a História caminha para frente, ela não se faz sem a memória do passado.³⁵

A carta do prof. Rubens Alves e o parecer da Congregação da Faculdade de Educação são testemunhos importantes sobre a presença do arbítrio no seio da comunidade acadêmica. Por sua vez, estes dois documentos talvez sejam, na vida da Unicamp, as primeiras tentativas de ação reparadora a vítimas do arbítrio. Existiriam, nos arquivos da Universidade, outros documentos semelhantes de denúncia de autoritarismo praticados pela sua alta administração?

g) O “expurgo na Medicina Preventiva” da FCM.

O chamado “expurgo na Medicina Preventiva” consistiu na destruição de uma promissora experiência científica e de elevado alcance social que, nos anos 1970, se desenvolvia na Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp.

Um grupo de 18 profissionais ligados à área da saúde pública (estudantes residentes, técnicos e médicos) se articulou em torno da liderança de Antônio Sérgio Arouca.³⁶ Diversas atividades eram realizadas pelo grupo: seminários e grupos de estudos em torno de autores da filosofia e sociologia crítica (Marx, Althusser, Foucault, Gramsci, Florestan Fernandes e outros); debatia-se a estrutura de poder da universidade (as “comissões paritárias”); realizavam atendimento ambulatorial no bairro Jardim das Oliveiras, periferia de Campinas, e na cidade de Paulínia (além das consultas médicas, promoviam-se conversas com os moradores sobre as condições de vida e a situação de saúde que viviam).

Em seu depoimento à CVMOI da Unicamp, Anamaria Testa Tambellini relatou que, a partir de 1973, a Direção da FCM – questionando a perspectiva teórica marxista e o engajamento social do grupo – passou a tomar medidas coercitivas contra o coletivo do Departamento de Medicina Preventiva e Social (proibição de reuniões dos docentes com alunos e de encontros com pacientes e suspensão da docência). No ano de 1975, segundo a ex-participante do DMPS, todos os membros – alguns deles vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) – passam a sofrer perseguição política dentro da Unicamp. Ameaças de não-renovação dos contratos na FCM obrigaram os docentes e pesquisadores do grupo a buscar vínculos profissionais com outras instituições de ensino e pesquisa do país. A rigor, não houve registro oficial de demissões feitas pela Direção da FCM; no entanto, autênticas “cassações brancas” passaram a ocorrer.

Os casos de Sérgio Arouca e Anamaria Tambellini são elucidativos. Embora tivessem entregado, nos prazos estabelecidos, suas teses de doutoramento à Direção da FCM, os dois foram informados que apenas teriam as datas de defesa definidas após provarem ter vínculos profissionais com outras instituições. Considerada “subversiva” pelos setores conservadores da FCM e guardada a sete chaves na mesa do Reitor, a tese de doutorado de Arouca apenas pôde ser defendida quando ele provou ter sido contratado pela Fiocruz, RJ.³⁷

Na versão de Tambellini, Vaz respaldou inteiramente as pressões da Direção da FCM. Em trecho do Relatório da CMVOI é afirmado: “*Ele (Reitor da Unicamp, CNT) sofria pressão por parte do governo militar e também de parceiros institucionais e financeiros, como a Fundação Rockefeller, que tinha grande influência dentro*

da Faculdade de Ciências Médicas e da Unicamp”.³⁸ Nesse momento, prestigiosos pesquisadores na área da medicina preventiva de São Paulo fizeram tentativas, junto a Zeferino Vaz, no sentido de convencê-lo a apoiar os pesquisadores liderados por Arouca; em defesa deles, mostravam o caráter pioneiro e a qualidade de suas pesquisas além da relevância do trabalho social que realizavam fora da Unicamp. Foram tentativas em vão, pois, segundo o depoimento de Tambellini, Zeferino Vaz, invariavelmente, dizia a seus interlocutores: “*com esse grupo eu não negócio*”.

Interpretando o significado do “expurgo na Medicina Preventiva”, conclui a atual pesquisadora da Fiocruz: “*Foi a destruição de uma possibilidade muito rica de trabalho científico e de pensamento sobre serviço de saúde moldada em elementos muito avançados, e que até hoje no SUS não existe*”.³⁹

Breves questões sobre os episódios relatados.

a) Alguns depoimentos prestados à CVMOI da Unicamp (Ripper Filho e Ronaldo Simões) relatam que a Reitoria contratou militares aposentados, vinculados ao SNI, para ministrar aulas na graduação de “Estudos de Problemas Brasileiros”. Simões (*Batata*) informa que alguns destes docentes, fora das aulas, abordavam os estudantes sobre suas posições políticas e documentavam suas atividades no *campus*. A Reitoria também designou um militar aposentado para exercer a Direção do Colégio Técnico de Campinas (Cotuca); de forma arbitrária, o Diretor aplicou uma sanção contra estudantes que faziam críticas à ditadura militar;

b) Sobre a enigmática e misteriosa figura do “Doutor Camargo” – antigo delegado do Dops (que, desde os tempos da FMRP-USP acompanhava todos os passos de Zeferino Vaz) – pouco se conhece. Afinal, quais seriam o papel e as efetivas funções que desempenhava na alta administração da Unicamp?⁴⁰

Ao contrário das universidades federais, está comprovado que na Unicamp nunca existiu uma agência diretamente subordinada ao SNI. Durante a ditadura, não foi criada, pois, uma *Assessoria Especial de Serviços de Inteligência* (AESI) – que nas universidades federais opinava sobre a contratação de docentes e funcionários, informava o SNI e os diversos órgãos de segurança existentes sobre as atividades “subversivas”, delatava estudantes e funcionários etc.

Indagações, pois, se imporiam: nos episódios acima relatados – particularmente, nas intimações do Exército a Gambini e quatro estudantes do Conselho Diretor, no “expurgo da Medicina Preventiva”, na demissão de Caniato e no caso Pinotti –, o ex-delegado do Dops não estaria envolvido, fornecendo e recebendo informações?

Tendo em vista que, durante toda a ditadura militar, o movimento estudantil e a mobilização dos docentes sempre estiveram sob a mira e estrito controle dos órgãos de segurança e informação, seria ingênuo imaginar que o Reitor da Unicamp poderia dispensar esses recursos. O leal servidor de Vaz, “Doutor Camargo” (bem relacionado com os órgãos de segurança estadual e federal), não teria desempenhado funções semelhantes àquelas que caracterizavam as AESI’s na USP e universidades federais?⁴¹ Bem relacionado com altas esferas militares, não se pode duvidar que o Reitor da Unicamp

detivesse um amplo conhecimento de sua comunidade acadêmica, particularmente das atividades passíveis de serem críticas à ditadura militar.

c) Como se deram as relações das Fundações Rockefeller e Kellog com a Unicamp? A exigência de rejeição às ideias e iniciativas de esquerdas – sugerida por estas entidades estadunidenses aos beneficiários de suas ajudas financeiras – não teria influenciado algumas ações do Reitor da Unicamp? O “expurgo da Medicina Preventiva” teria sido um fato excepcional ou o episódio que melhor evidenciou a existência de um efetivo cerceamento de atividades docentes da Unicamp que tinham evidentes implicações sociais e políticas de natureza crítica?

Considerações finais

I. Há um amplo consenso sobre o papel desempenhado por Zeferino Vaz na construção da Unicamp. Docentes de diferentes concepções teóricas e ideológicas (entre estas, conservadores, liberais e progressistas) reconhecem que foi ele, na história do ensino superior brasileiro, o dirigente que mais contribuiu para a criação de instituições universitárias de caráter público em todo o país.

Em relação ao seu estilo de administração – altamente centralizador e, frequentemente, autoritário –, setores conservadores não lhe fazem nenhuma objeção. Apoiam-no irrestritamente. Por sua vez, liberais e progressistas – que assumem no plano do discurso a democracia como um valor insubstituível – fazem reparos às convicções conservadoras e atos arbitrários de Vaz, um autêntico *Napoleãozinho*.⁴² No entanto, deve ser também sublinhado que tais questionamentos chegam a ser praticamente relevados quando, na avaliação da trajetória acadêmico-política, são privilegiados os resultados da “grande obra construída”.

Ao se admitir que práticas democráticas nem sempre são eficazes e “realistas”, os setores liberais e progressistas não estariam endossando o pressuposto de que um estilo autoritário de atuação pode ser razoável, aceitável e legítimo? Neste sentido, ao fim e ao cabo, liberais e progressistas não acabam assumindo a tese de que – em determinadas conjunturas políticas – deve-se resignar diante de direções autoritárias que têm caráter inovador e contribuem para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura?

Embora tenham visões ideologicamente diferenciadas, conservadores, liberais e progressistas da Unicamp parecem coincidir com uma avaliação complacente da trajetória do acadêmico Zeferino Vaz, na medida em que este teria construído uma notável usina de ciência e tecnologia em pleno canavial, mas, como dirigente universitário, nunca cultivou e praticou, de forma consequente, valores democráticos.

II. É também consensual a compreensão de que, diferentemente do que ocorreu em outras universidades (entre elas, USP, UnB, UFRJ e PUC-SP), a Unicamp, durante a ditadura militar, teria sido – em matéria de violência institucional – bastante privilegiada: tropas não a invadiram; docentes não foram cassados pelo AI 5; estudantes e funcionários não foram detidos no *campus*.

Criada em 1966, impõe-se reconhecer que a Unicamp não teve, até o final dos anos 1970, movimentos de docente, de estudantes e de funcionários bem organizados e ativamente mobilizados

contra a ditadura militar. Havia resistência democrática, mas inexisteriam significativos confrontos e duros embates organizados pelas entidades do *campus*, tal como ocorriam em outras universidades públicas no pós-1964.

Imaginemos, por exemplo, a presença de uma moradia estudantil no *campus* da Unicamp; a hipótese não é descabida, pois, nos anos 1960, existia na USP um Conjunto Residencial (Crusp) que abrigava algumas centenas de estudantes. Nos primeiros anos da ditadura, o Crusp se constituiu em um ativo espaço de resistência democrática: ações políticas contra o regime, debates e grupos de estudos de orientação socialista eram ali organizados. Não sem razão o Crusp – uma espécie de “território livre” – era visto pelos órgãos de informação e segurança como um “foco de subversão e baderna”. Como se sabe, logo após a decretação do AI 5, o *campus* da USP foi invadido pela PM paulista e forças militares; numa autêntica “operação de guerra”, centenas de estudantes foram presos e o Crusp acabou sendo fechado por tempo indeterminado.

Caso a Unicamp, durante a ditadura militar, tivesse uma moradia estudantil com uma dinâmica política semelhante à do Crusp – i. é, um “foco de agitação e subversão” –, seria ela preservada posto que a autoridade maior do *campus* zelaria pela defesa da comunidade acadêmica? O Reitor da Unicamp teria condições de negociar com as forças de segurança e garantir a autonomia universitária?

É inegável que, durante os governos militares, a Unicamp não foi cenário de sistemáticos atos de arbítrio e violência. Como explicar isto: pelo fato de a Universidade ter à sua frente um destemido escudeiro? Ou a preservação da integridade da comunidade acadêmica deveria ser explicada, fundamentalmente, pela razão de inexistirem nítidas situações de confrontos políticos entre setores democráticos da universidade e os governos militares?

A este respeito, o “expurgo na Medicina Preventiva” deve ser aqui novamente invocado. Em 1975, por ocasião da “Operação Jacarta” – quando foi desencadeada em todo o país uma ampla caça aos comunistas –, Zeferino Vaz não conseguiu nenhuma negociação com seus amigos militares.⁴³ Dezenove profissionais da saúde – que integravam um inovador grupo de pesquisadores – sofreram autênticas “cassações brancas”; alguns membros desse coletivo da FCM-Unicamp eram acusados de pertencerem aos quadros do PCB e, mais grave ainda, de desenvolverem uma prática médica que ia ao povo e dialogava com ele. Pressionado igualmente por setores internos da Universidade e entidades de fomento estrangeiras, o Reitor aceitou as exigências dos militares e teve responsabilidade direta na exclusão de pesquisadores e docentes da FCM. Registre-se que este fato foi – e continua sendo – praticamente ignorado pelo conjunto da comunidade acadêmica.⁴⁴ (Um dos méritos da CVMOI foi – por meio de seu Relatório Final – tornar público este grave episódio ocorrido na Unicamp nos anos 1970.)

Razão parece ter Anamaria Tambellini, pesquisadora, que, em 1975, foi vítima de uma “cassação branca” na Unicamp, quando observou: “*Ele (Reitor da Unicamp, CNT) deixava todo mundo andar com livro do Marx, podia discutir, mas não podia praticar e nem fazer política*”.⁴⁵

III. Como foi anteriormente esclarecido, a motivação central deste texto é a de mostrar a pertinência intelectual de serem produzidos trabalhos sobre a trajetória acadêmico-política de Zeferino Vaz. Certamente, serão eles importantes para o conhecimento da história intelectual brasileira,

particularmente para as pesquisas sobre a questão das instituições de ensino superior do estado de São Paulo. Por outro lado, acreditamos que estudos sobre a trajetória de Zeferino Vaz poderiam contribuir para o conhecimento da atuação de acadêmicos e intelectuais de convicções de direita em tempos de democracia e ditadura.

Basicamente, as questões acima alinhavadas são sugestões para a elaboração de pesquisas que contribuam para superar as formulações impressionistas e pouco analíticas sobre a obra e a figura de Zeferino Vaz. Sem desconhecer as qualidades do sagaz e determinado “semeador de instituições”, estou convencido de que a maioria dos testemunhos e depoimentos existentes sobre Vaz é carente de distanciamento crítico.⁴⁶ Neste sentido, os episódios e fatos acima mencionados – que impõem pesquisas criteriosas e aprofundadas – devem ser vistos como vias de pesquisas para a problematização das formulações acríicas existentes sobre o fundador da Universidade Estadual de Campinas. Afinal, na atividade acadêmica, o pensamento crítico – que rejeita a hagiografia e a iconoclastia infundada – deve ser exercido plenamente, particularmente no enfrentamento de “verdades” consolidadas pelo senso comum.

Concluamos. Duas avaliações em franca contradição sobre a obra e trajetória de Zeferino Vaz talvez ilustrem as dificuldades e os desafios que se colocam ao pesquisador.

Orientado pelos trabalhos da *Comissão Nacional da Verdade*, o Relatório da *Comissão Anísio Teixeira da Verdade e Memória* da Universidade Nacional de Brasília – levando em conta o papel destrutivo que o Reitor-interventor desempenhou nessa universidade – fez uma Recomendação pública questionando um prêmio da Capes que leva o nome de Zeferino Vaz. Para a comunidade acadêmica da UnB, hoje, Zeferino Vaz é uma *persona non grata*.

No entanto, em contraposição a esse juízo, a quase totalidade da comunidade acadêmica da Unicamp – reconhecendo os méritos do grande empreendedor –, provavelmente, jamais tomará qualquer iniciativa pedindo a revogação das homenagens prestadas a Zeferino Vaz.

Sine ira et studio deveria ser, pois, a diretriz e orientação intelectuais do pesquisador que se debruçar sobre a trajetória e obra controversas de Zeferino Vaz.

Notas:

¹ Graduado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1968) e Doutorado em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1974). Atualmente é professor colaborador voluntário do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Professor aposentado do IFCH, Unicamp; foi membro da *Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni”* da Unicamp (2014-2015). Integra atualmente o Comitê Editorial do blog marxismo21. Email: cntoledo@terra.com.br* Agradeço a Telma Murari, eficiente funcionária da Unicamp, por ter facilitado a consulta de documentos do Sistema de Arquivos (SIARQ) dessa universidade. Igualmente, sou grato a Arley Ramos Moreno, Danilo Martuscelli, Heloisa Fernandes, Lalo Minto, Ronaldo Simões Gomes (*Batata*) e Patrícia Vieira Trópia pelos comentários feitos ao texto; obviamente, não têm eles qualquer responsabilidade pelos equívocos de interpretação e juízos presentes no artigo.

² Duas dissertações de mestrado sobre a criação da Unicamp abordam aspectos da atuação de Zeferino Vaz: Stela Meneghel, *Zeferino Vaz e Unicamp. Uma trajetória e um modelo de universidade*, FE, Unicamp, 1994 e Eloi da Silva Lima. *A criação da UNICAMP: administração e relações de poder numa perspectiva histórica*. FE, Unicamp, 1989.

³ O livro *O Mandarin* examina a atuação de Zeferino Vaz na criação e consolidação da Unicamp (1966-1978). O livro abre sugestivas pistas para a elaboração de uma biografia acadêmico-política do educador paulista. Sua deficiência maior reside na sistemática ausência de indicação das fontes documentais nas quais o livro se baseia. Eustáquio Gomes, *O Mandarin. História da infância da Unicamp*. Editora da Unicamp, 2006.

⁴ O Relatório Final pode ser consultado no *site* da Comissão: <http://www.comissaoverdade.unicamp.br/>

⁵ A parte da Ata que reproduz o debate no Consu sobre a proposta de revogação do título de *Doutor Honoris Causa* ao cel. Jarbas Passarinho pode ser lida no *Boletim da Adunicamp*. Disponível em: http://adunicamp.org.br/wp-content/uploads/2015/02/BE_Jarbas_Passarinho.pdf

Um dos membros do Consu, prof. Adalberto Bassi, afirmou: “*revogar a outorga do título corresponde a repudiar, no seu total, o modo como Zeferino Vaz agiu (...) Zeferino Vaz merece tal repúdio?*” (negrito meu, CNT) Mais adiante, conclui: “*Enxovalhar, imerecidamente, a memória do nosso fundador seria uma grande lástima para a Unicamp*”. Nesta perspectiva, a honraria concedida não teria sido uma afronta à comunidade acadêmica posto que, no passado, a Unicamp tirou vantagens da homenagem prestada a uma importante liderança do regime de 1964.

⁶ Stela Meneghel, op. cit. cap. IV e Eloi Lima, op. cit.

⁷ Maria Gabriela S. M. C. Marinho, *Norte-americanos no Brasil. Uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo*, São Paulo, Editora Autores Associados, 2001, p. 4.

⁸ Numa entrevista em 1978, logo após seu afastamento da Reitoria da Unicamp, Zeferino Vaz informou que, a seu convite, o presidente da Fundação Rockefeller, Dean Rusk, esteve em Ribeirão Preto: “*passou ali três dias com sua comitiva e nos deu um auxílio de quase um milhão de dólares*”. “Entrevista de Zeferino Vaz”, *Os 12 anos da Unicamp*, Sistema de Arquivos da Unicamp (SIARQ).

⁹ No Prefácio ao livro de Marinho, Luís de Castro Santos conclui que Zeferino Vaz “*aboliu perigosamente a distinção entre política ideológica e política científica, e acabou por firmar uma associação perversa entre seu conservadorismo político pessoal e de classe, por um lado, e, por outro, uma agência internacional que perdera de vista seus próprios objetivos de atuação filantrópica no campo da ciência*”. Para o pesquisador, nos anos 1950/1960, nas fichas de acompanhamento dos bolsistas da Fundação Rockefeller os eventuais “compromissos ideológicos” dos pesquisadores eram anotados. Nas fichas de alguns deles – entre outros, Gleb Wataghin, Omar Catunda e Samuel Pessoa – constavam, por exemplo, as pechas de “comunista” e “doutrinador subversivo”.

¹⁰ Maria Gabriela Marinho op. cit., p. 141. Em 2013, a Reitoria da Unicamp mandou construir um extenso Painel a fim de homenagear Zeferino Vaz. O mural registra a presença no *campus*, em 5/10/1966, do *Senhor Presidente da República* Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Assim, há quase 50 anos do golpe, os dirigentes maiores da Universidade não veem nenhum constrangimento em ressaltar a visita de um ditador à Unicamp. Sobre este episódio, ver texto publicado pelo blog Viomundo. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/caio-toledo-unicamp-vai-manter-homenagem-passarinho-e-castelo-branco.html>

¹¹ A carta de Zeferino Vaz deveria integrar uma antologia de textos sobre o anticomunismo no Brasil. Ao final, na clássica fórmula que identifica a mentalidade colonizada, o acadêmico agradecia aos “*amigos da Fundação Rockefeller que nos têm auxiliado decisivamente e desinteressadamente a alcançar o nosso desenvolvimento cultural*.” In. Maria Gabriela Marinho, op. cit, p. 139.

¹² Na carta mencionada afirmava que em todo o país haveria uma “limpeza cuidadosa” de todos os subversivos; para não deixar a declaração vaga, mencionou os nomes de vários docentes da FMRP-USP – certamente, por ele delatados ao comando da “Revolução” – que deveriam ser expulsos e presos pelos “vitoriosos” de abril de 1964.

¹³ Tjerk Franken e Ricardo Guedes, op. cit.

¹⁴ *O Estado de S. Paulo*, 16/1/1964. Verifica-se que a militância antiesquerdista de Vaz era indiscriminada; Celso Furtado, por ser um economista crítico, entrava na vala comum dos indesejáveis “marxistas”.

¹⁵ Eustáquio Gomes esclarece que essa “memória” foi escrita por Vaz como uma tentativa de convencer os militares de que jamais fora complacente com docentes comunistas; a acusação de convivência com os comunistas foi difundida pelo General José Valverde, seu maior desafeto na Universidade. Nessa ocasião, saindo em defesa de Vaz, Ester Figueiredo Ferraz testemunhou que o Reitor da Unicamp “*sempre foi um ativíssimo líder anticomunista e antiesquerdista*”; op. cit. p. 91.

¹⁶ Em uma extensa entrevista sobre sua trajetória acadêmica, Fausto Castilho oferece uma explicação sobre as razões de sua arbitrária demissão: “*em primeiro lugar, porque eu contratei o Caio Prado Júnior, um notório comunista, histórico no Brasil (...); em segundo lugar, pela minha participação, no começo dos anos 50, na campanha em defesa da escola pública*”. “Educação e Filosofia”, UFU, jan./jun. 2013.

¹⁷ O vídeo do depoimento de Boris Vargafitig está postado na página da *Comissão da Verdade e Memória “Octávio Lann?”*; de forma resumida, o depoimento se encontra no livro que reproduz o Relatório Final.

¹⁸ Na entrevista concedida aos pesquisadores da FGV, declarou que Castelo Branco o convocou para intervir na UnB com as seguintes palavras: “*É uma missão, o sr. não se meteu na revolução?*” Tjerk Franken e Ricardo Guedes, op. cit

¹⁹ Estes fatos estão informados no excelente Relatório da *Comissão “Anísio Teixeira” de Verdade e Memória* da Universidade Nacional de Brasília. Disponível em: <http://www.unb.br/noticias/downloads/relatorio.pdf>

²⁰ Notícia de *O Estado de S. Paulo* de 13/11/1974 informa que Vaz convocou seus correligionários de Limeira para comparecer ao comício de encerramento da campanha do candidato da Arena ao Senado, Carvalho Pinto, em Campinas. A chuva torrencial, contudo, impediu o ato.

²¹ Justificando a outorga da honraria – entregue fora do *campus* de Capinas –, Zeferino Vaz deixou de ser questionado quando, subestimando a capacidade crítica dos presentes à sessão do Conselho Diretor, afirmou: “*Nestes últimos 40 anos (...) Jarbas Passarinho foi a figura mais brilhante de dirigente de educação neste país*”. Ata da primeira reunião extraordinária do Conselho Diretor da Unicamp, 30/11/1973, SIARQ, Unicamp.

²² Docentes e pesquisadores de algumas universidades brasileiras foram cassados pelo AI 5 sem nenhum protesto da Reitoria da Unicamp; caso fosse um docente de sua universidade, Vaz levantaria sua voz?

²³ Eustáquio Gomes, op. cit. p. 166.

²⁴ “Entrevista de Zeferino Vaz”, *Os 12 anos da Unicamp*, março de 1978, Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp (SIARQ).

- ²⁵ Cito os nomes de três docentes da área de “humanidades”: Antonio Candido, Jorge Miglioli e Maurício Tragtenberg. Vaz sempre manifestou admiração pelo socialista Candido (criador, em 1976, do Instituto de Estudos da Linguagem). Jorge Miglioli, marxista vinculado ao PCB, ingressou na Unicamp em 1972, logo após chegar de exílio na Polônia. Por sua vez, Maurício Tragtenberg, contratado em 1975 pela Faculdade de Educação, se declarava um “marxista anarquista”.
- ²⁶ A identificação do docente e a data do episódio não foram informadas no depoimento à CVMOI.
- ²⁷ Os depoimentos de Rubens Murillo Marques, Rogério de Cerqueira Leite e José Ripper Filho, concedidos à CVMOI, buscam esclarecer as relações entre Vaz e os militares. Cerqueira Leite fala em “concessões aos militares”, em “jogo”. Ripper Filho fala em “suborno”: “*Ele contratava aposentados do SNI como professores titulares de ‘Problemas Brasileiros’, e esses caras davam proteção a ele. Então eu não tenho dúvida, embora não estivesse no Brasil na época, que esse título do Jarbas Passarinho fazia parte desse mesmo esquema, era parte do ‘suborno’, (...) o cara era Ministro da Educação*”. In: Relatório da CVMOI, Unicamp. Disponível em: <http://www.comissaoverdade.unicamp.br/>
- ²⁸ Em sua maioria, estes episódios são extraídos do Relatório da CVMOI da Unicamp e de *O Mandarim*.
- ²⁹ Sobre o significado do trote na vida universitária brasileira, Zeferino Vaz escreveu, em 1971, um inusitado artigo que teve ampla repercussão junto ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Para ele, o trote fazia parte das técnicas da “subversão comunista” no meio estudantil: “*Verifica-se, pois, que o trote não é momento na vida universitária; transformou-se em um processo, calculadamente desenvolvido, com fins definidos, dentro do esquema global da ação subversiva*”. Apud: Rodrigo Patto Motta, “Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades”. *Topoi*. v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008.
- ³⁰ Em seu depoimento, *Batata* citou o nome de Ulisses Semeghini como um dos estudantes. Por sua vez, a Diretoria de Assuntos Acadêmicos (DAC) e as Atas do antigo Conselho Diretor não registram nenhum dos fatos acima mencionados.
- ³¹ Segundo *Batata*, os quatro estudantes eram: Maria Inês Pupo (Ciências Sociais), Gustavo Adolfo (Economia), Otávio (Economia) e “Espanhol” (FEE).
- ³² *Relatório da CVMOI*. Cabe aqui um esclarecimento: o “*meu Diretor*” era um docente que tinha claras afinidades ideológicas com o conservador e centralizador Reitor da Unicamp; por sua vez, a “transgressão” aludida referia-se à expulsão de Caniato da PUC-Campinas, ocorrida após a decretação do AI 5, ou a uma vinculação que o docente tivera com a *Associação Cultural Brasil-URSS*. Gomes, E., op. cit, p. 159.
- ³³ A digna iniciativa do prof. Rubem Alves, feita 28 anos atrás, antecipou uma Recomendação da CVMOI que propôs a realização na Unicamp de um Ato de Desagravo aos membros da comunidade acadêmica que sofreram violências morais e físicas durante a ditadura militar. Proc. 3260/72, fls. 247, FE, Unicamp, Arquivos do SIARQ, Unicamp.
- ³⁴ A carta do prof. Alves está no processo funcional de Rodolpho Caniato, Proc. 3260/72, fls. 245, FE-Unicamp; In: Arquivos do SIARQ, Unicamp.
- ³⁵ Proc. 3260/72, fls. 247, FE, Unicamp, Arquivos do SIARQ, Unicamp.
- ³⁶ No artigo “O legado de Sérgio Arouca”, Regina Abreu informa que se tratava do “Grupo de Ciências Sociais da Saúde”. Em suas palavras, “*Este Grupo tornou-se referência nacional focalizando a Medicina Preventiva numa abordagem marxista, onde o tema do coletivo e da inclusão social emergiu como palavra de ordem no contexto social e político adverso da ditadura militar*”. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/linhas/arouca/desdobramentos/olegado.htm>
- ³⁷ A defesa pública da tese de doutoramento, diante de um numeroso público, apenas ocorreu em 23 de julho de 1976; a tensão em torno dela foi tal que o presidente da Banca, Miguel Tobar, temeroso, recusou participar da sessão.
- ³⁸ Durante o depoimento de Tambellini à CVMOI, Maria das Graças Andrade, docente da FCM, ressaltou que, nos anos 1970, a Fundação Kellog – por meio de dois assessores – elaborava relatórios questionando as atividades “subversivas” do grupo liderado por Arouca. Esses relatórios eram enviados diretamente a Zeferino Vaz.
- ³⁹ As citações constam do Relatório Final da CVMOI da Unicamp; diversos depoimentos de membros do coletivo liderado por Sérgio Arouca e outros pesquisadores podem ser conhecidos em: <http://www.memoriasocial.pro.br/linhas/arouca/desdobramentos/atrajectoria.htm>
- ⁴⁰ Uma observação do físico Marcelo Damy questionou a atuação do Doutor Camargo na Reitoria da Unicamp: “*(...) o chefe de gabinete do reitor da Unicamp era um ex-delegado do Dops, que havia sido chefe de gabinete [de Zeferino Vaz] em Brasília. Então começou a vigorar em Campinas um clima muito estranho em que os problemas fundamentais da universidade eram encarados de um ponto de vista puramente acadêmico-político*”. Maria Gabriela Marinho, op. cit. p. 141.
- ⁴¹ Rodrigo Patto Sá Motta publicou um importante livro sobre as AESI’s: *As universidades e o regime militar*, Zahar, 2014.
- ⁴² Em “O Napoleãozinho de Campinas”, resenha sobre *O Mandarim*, Simon Schwartzman observou: “*Entre 1966 e 1978, Zeferino Vaz fez o que quis na UNICAMP (...) manobrando todo o tempo para tirar do caminho as pessoas que questionavam seu poder*”. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?p=170&lang=pt-br>
- ⁴³ Durante a ditadura militar, o PCB fazia oposição, basicamente, por meio da via institucional. Após a derrota da luta armada, o regime se propôs a extinguir toda “ameaça comunista”, mesmo que não tivesse ela uma dimensão radical. O combate ao PCB estava integrado à chamada *Operação Jacarta*, desencadeada após 1975 contra militantes (sindicalistas, políticos, estudantes e professores universitários etc.) vinculados ao PCB. Cf. Luciano Martins Costa, “Falta o essencial”, Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/falta-o-essencial/>
- ⁴⁴ O mesmo não ocorreu na UnB. Embora manietada pelos militares e Reitores serviços, a comunidade acadêmica resistiu por meio de protestos e paralisações. Na Unicamp, praticamente inexistiram manifestações massivas contra arbitrariedades; a mais significativa mobilização da comunidade acadêmica apenas veio a ocorrer em outubro de 1981, por ocasião da tentativa do governo biônico de Paulo Maluf de intervir na universidade.

⁴⁵ O depoimento pode ser conhecido em Regina Abreu e Guilherme Franco Neto (organizadores), *A trajetória de Sérgio Arouca*, Programa de Pós-graduação em Memória Social, Unirio. Disponível em:
<http://www.memoriasocial.pro.br/linhas/arouca/index.htm>

⁴⁶ A sagacidade, acuidade e capacidade de trabalho de Zeferino Vaz podem ser ilustradas por um depoimento, em 2006, de Antonio Candido, intelectual de convicções socialistas: “*Nós ficávamos impressionados com a facilidade com que ele assimilava ideias e noções de disciplinas completamente diferentes da dele (...). Ele sabia sempre optar pela melhor solução. De modo que o convívio com o professor Zeferino sempre foi para mim uma grande aprendizagem e um grande prazer.*” Disponível em:
<http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/antonio-candido-fala-sobre-o-iel-zeferino-vaz-e-literatura>